



Simulado Final

PM PA

Soldado - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial PM PA - Soldado

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso PM PA - Soldado;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PM-PA-09-12>

- | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) (E) | 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 41 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) (E) | 21 – (A) (B) (C) (D) (E) | 42 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) (E) | 22 – (A) (B) (C) (D) (E) | 43 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) (E) | 23 – (A) (B) (C) (D) (E) | 44 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) (E) | 24 – (A) (B) (C) (D) (E) | 45 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) (E) | 25 – (A) (B) (C) (D) (E) | 46 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) (E) | 26 – (A) (B) (C) (D) (E) | 47 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) (E) | 27 – (A) (B) (C) (D) (E) | 48 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) (E) | 28 – (A) (B) (C) (D) (E) | 49 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) (E) | 29 – (A) (B) (C) (D) (E) | 50 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 – (A) (B) (C) (D) (E) | 30 – (A) (B) (C) (D) (E) | 51 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 – (A) (B) (C) (D) (E) | 31 – (A) (B) (C) (D) (E) | 52 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 13 – (A) (B) (C) (D) (E) | 32 – (A) (B) (C) (D) (E) | 53 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 14 – (A) (B) (C) (D) (E) | 33 – (A) (B) (C) (D) (E) | 54 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 15 – (A) (B) (C) (D) (E) | 34 – (A) (B) (C) (D) (E) | 55 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 16 – (A) (B) (C) (D) (E) | 35 – (A) (B) (C) (D) (E) | 56 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 17 – (A) (B) (C) (D) (E) | 36 – (A) (B) (C) (D) (E) | 57 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 18 – (A) (B) (C) (D) (E) | 37 – (A) (B) (C) (D) (E) | 58 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 19 – (A) (B) (C) (D) (E) | 38 – (A) (B) (C) (D) (E) | 59 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 39 – (A) (B) (C) (D) (E) | 60 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| | 40 – (A) (B) (C) (D) (E) | |

LÍNGUA PORTUGUESA*Janaina Arruda***DO JEITO QUE ESTÁ, NÃO DÁ PARA FICAR**

A atual crise financeira global vem tirando o sono de muita gente - de trabalhadores angustiados com o fantasma do desemprego a investidores que amargam prejuízos com a queda da bolsa de valores, de empresários que estão arrancando os cabelos por causa da diminuição de seus lucros a governantes preocupados com a ameaça da recessão. Esse cenário sombrio, no entanto, é uma excelente oportunidade para as pessoas refletirem sobre as armadilhas do atual modelo econômico, baseado na busca obsessiva do crescimento. É o que é dito pelo matemático e filósofo inglês Tim Jackson, professor de desenvolvimento sustentável da Universidade de Surrey, na região de Londres. Para Jackson - um estudioso das relações entre no estilo de vida e o ambiente -, se a economia mundial continuar a crescer no mesmo ritmo dos últimos anos, será impossível garantir a sustentabilidade das próximas gerações. Segundo ele, a atitude mais sensata que cada um de nós pode adotar para um mundo mais sustentável é comprar menos - já que as medidas adotadas até agora têm sido insuficientes para neutralizar as emissões de gases que causam o efeito estufa. "Acreditar que as emissões vão diminuir enquanto a economia continuar crescendo sem limites é a receita do desastre", afirma Jackson.

Fonte: Superinteressante

01. A estruturação do texto acima se apoia no seguinte esquema

- a) apresentação de um conjunto de opiniões seguido de críticas às posições citadas;
- b) exposição de uma opinião alheia em discurso indireto, com algumas citações;
- c) defesa de uma opinião pessoal, apoiada em citações de um especialista;
- d) citação de críticas pessoais e alheias, acompanhada de testemunhos de autoridade;
- e) discussão sobre opiniões opostas, acompanhada de argumentos.

02. Leia o trecho que segue:

"...de trabalhadores angustiados com o fantasma do desemprego a investidores que amargam prejuízos com a queda da bolsa de valores, de empresários que estão arrancando os cabelos por causa da diminuição de seus lucros a governantes preocupados com a ameaça da recessão."

Esse segmento do texto poderia ser o desenvolvimento do seguinte sintagma:

- a) crise global;
- b) modelo econômico;
- c) desenvolvimento sustentável;
- d) efeito estufa;
- e) economia mundial.

03. O título do texto pode ser definido como:

- a) um resumo de tudo o que nele é afirmado;
- b) uma crítica às palavras do matemático e filósofo inglês;
- c) um elogio às posições defendidas por Tim Jackson;
- d) uma conclusão do que é constatado no texto;
- e) uma explicação das palavras do matemático inglês.

04. Para construir coesão no texto, muitas palavras se referem a termos anteriores, repetindo-os; a alternativa em que o referente do termo sublinhado está corretamente identificado é:

- a) "A atual crise financeira vem tirando sono de muita gente..." - trabalhadores, investidores, empresários, governantes;
- b) "...que estão arrancando os cabelos..." - muita gente;
- c) "...por causa da diminuição de seus lucros..." - trabalhadores;
- d) "Esse cenário sombrio, no entanto,..." - ameaça de recessão;
- e) "...É o que diz o matemático e filósofo inglês Tim Jackson..." - professor de desenvolvimento sustentável.

05. Entre as palavras sublinhadas abaixo, aquela que pertence à classe das conjunções é:

- a) “A atual crise financeira global vem tirando o sono de muita gente...”;
- b) “...de trabalhadores angustiados com o fantasma do desemprego...”;
- c) “...uma excelente oportunidade para as pessoas refletirem...”;
- d) “...um estudioso das relações entre o estilo de vida e o ambiente...”;
- e) “...as emissões vão continuar enquanto a economia continuar crescendo...”

06. O trecho pontuado corretamente é:

- a) A crise, na qual se envolvem todos os países – está negligenciando, a qualidade de vida da população - , de modo geral.
- b) Enquanto a sociedade consumir – negligenciando a qualidade de vida, desprezando os valores imateriais – os problemas socioeconômicos mundiais não deixarão de existir.
- c) Na medida, em que o homem deixa de consumir futilidades, a sociedade, encontra chances de crescimento sustentável.
- d) O consume desenfreado, decorre da falta de sensibilidade e do esvaziamento da sociedade.
- e) Nenhuma meta, de consumo deve primar pelo excesso nos números da economia.

07. O segmento do texto que mostra um aspecto da crise financeira global qualitativamente diferente dos demais é:

- a) “trabalhadores angustiados com o fantasma do desemprego”;
- b) “investidores que amargam prejuízos”;
- c) “empresários que estão arrancando os cabelos por causa da diminuição dos seus lucros”;
- d) “governantes preocupados com a ameaça de recessão”;
- e) “será impossível garantir a sustentabilidade das próximas gerações”.

08. O termo sublinhado que indica um elemento que funciona como paciente do termo anterior é:

- a) “o sono de muita gente”;
- b) “queda da bolsa de valores”;
- c) “região de Londres”;
- d) “emissões de gases”;
- e) “sustentabilidade das próximas gerações”.

09. O significado correto do termo sublinhado é indicado em:

- a) “Segundo ele, a atitude mais sensata...” - ordem na sequência;
- b) “Esse cenário sombrio, no entanto, ...” - explicação;
- c) “Para Jackson - um estudioso...” - direção;
- d) “...trabalhadores angustiados com o fantasma do desemprego...” - companhia;
- e) “...vão diminuir enquanto a economia...” - simultaneidade.

10. A frase abaixo que se encontra na voz passiva é:

- a) “A atual crise financeira vem tirando o sono de muita gente...”;
- b) “É o que é dito pelo matemático e filósofo inglês...”;
- c) “...as medidas adotadas até agora têm sido insuficientes...”;
- d) “...será impossível garantir a sustentabilidade das próximas gerações”;
- e) “....que cada um de nós pode adotar...”

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

11. A proposição “A função de polícia ostensiva está, paulatinamente, sendo complementada por projetos sociais contra o crime, como incentivo à prática esportiva, palestras antidrogas e cursos de teatro.” pode ser representada simbolicamente por:

- a) P
- b) $P \wedge Q$
- c) $P \vee Q$
- d) $(P \wedge Q) \rightarrow R$
- e) $(P \vee Q) \rightarrow R$

12. O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição “Você é um concurseiro bruto, pois você estuda e trabalha” é igual a:

- a) 4
- b) 8
- c) 16
- d) 32
- e) 64

13. Considere a seguinte sentença aberta com a variável x = “indivíduo” tomada no conjunto universo U de todos os indivíduos do estado do Pará:

$W(x)$: “O indivíduo que comete delitos é preso.”

Assinale a alternativa que apresenta a proposição $W(\text{Joaquim})$:

- a) Joaquim comete delitos.
- b) Joaquim comete delitos e Joaquim é preso.
- c) Se Joaquim é preso, então Joaquim comete delitos.
- d) Joaquim comete delitos se, e somente se, Joaquim é preso.
- e) Se Joaquim comete delitos, então Joaquim é preso.

14. Considere que $S(x)$ represente a propriedade “ x é suspeito” e que $I(x)$ represente a propriedade “ x é inocente”. Considerando-se que x pertença ao conjunto universo U de todas as pessoas do mundo, assinale a alternativa que apresenta uma representação simbólica correta da proposição “nem todo suspeito é inocente”.

- a) $\forall x(S(x) \rightarrow \sim I(x))$
- b) $\sim \exists x(S(x) \wedge I(x))$
- c) $\exists x(S(x) \wedge \sim I(x))$
- d) $\forall x(S(x) \rightarrow I(x))$
- e) $\exists x(S(x) \wedge I(x))$

15. Duas modalidades de esporte são oferecidas para os 150 moradores de um condomínio de luxo: golfe e hipismo. Sabe-se que 105 moradores praticam golfe, 75 praticam hipismo e 15 não praticam nenhuma das modalidades. O número de moradores que praticam somente uma das modalidades é

- a) 90
- b) 75
- c) 60
- d) 45
- e) 30

INFORMÁTICA BÁSICA*Emannuelle Gouveia*

16. Na placa-mãe, temos diversos barramentos que oferecem características e tecnologias diversas aos usuários. Existe um que se propõe a oferecer uma maior taxa de transmissão para os dados “pesados”. Marque abaixo o barramento correspondente

- a) ISA
- b) EISA
- c) FIREWALL
- d) VGA
- e) FIREWARE

17. Ao clicar na Área de Trabalho do Windows, com o botão direito do mouse, qual das opções abaixo é encontrada:

- a) Configurações da Barra de Tarefas.
- b) Sincronização de Pastas Compartilhadas.
- c) Janela em Cascata.
- d) Bloquear a Barra de Tarefas.
- e) Desligar

18. O Writer é compatível com o uso de assinaturas digitais. O menu através do qual é possível acessar esse recurso é:

- a) Arquivo
- b) Exibir
- c) Ferramentas
- d) Tabela.
- e) Formulários

19. No Calc, temos a seguinte planilha

	A	B	C	D
1	NOME	SAL BASE	COM	SAL FINAL
2	ANA	1340	0,1	1474
3	MARIA	2010	0,2	2412
4	JOÃO	2345	0,3	3048,5
5	PEDRO	2512,5	0,1	2763,75

Na célula A6 foi digitada a fórmula: `=CONT.SE(B2:D5;">=2000")`. Que resultado apareceria em A6 ao pressionarmos enter:

- a) 3
- b) 12
- c) 6
- d) 0
- e) 10

20. O ataque que redireciona o usuário para uma página falsa pois ataca o servidor de DNS da rede é:

- a) spam.
- b) Sniffer.
- c) BOT
- d) Pharming
- e) Flood

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

21. João foi contratado como assessor do Ministro das Relações Exteriores e como primeira tarefa deve auxiliá-lo na apresentação de um documento estabelecendo algumas das principais diretrizes da política externa brasileira. Para compor o documento, João não pode deixar de mencionar os princípios que regem as relações internacionais estabelecidas pela Brasil, dentre eles:

- a) justiça restaurativa e concessão de auxílio jurídico.
- b) prevalência dos direitos humanos e defesa da paz.
- c) autodeterminação dos povos indígenas e igualdade entre pares.
- d) repúdio ao terrorismo e independência internacional.
- e) não-intervenção e garantia do desenvolvimento nacional.

22. Ana contratou o arquiteto José para realização do projeto e execução da sua tão sonhada casa. Ana efetivou o pagamento de todos os valores estabelecidos no contrato. No entanto, Ana não ficou satisfeita com a entrega e execução do projeto e, por conta disso, utilizou as suas redes sociais para falar mal do trabalho de José, bem como de sua família. Levando em consideração o caso hipotético, a Constituição Federal de 1988, no rol de direitos e garantias fundamentais, garante ao José:

- a) O direito à indenização caso demonstre o dano, mas a Constituição Federal é omissa quanto ao direito de resposta.
- b) Nenhum direito ou garantia nesse caso, pois é livre a manifestação do pensamento de Ana.
- c) O direito de resposta, proporcional ao agravo, entretanto, por se tratar de prestação de serviço, não há que se falar em indenização.
- d) O direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- e) O direito à indenização apenas se demonstrar que a fala da Ana constituiu crime de ameaça.

23. Lucy, filha da Governadora do Estado Alfa, pretendia iniciar a sua carreira política na próxima eleição municipal. Com o propósito de verificar a existência de algum óbice à realização desse objetivo, consultou um advogado, sendo-lhe corretamente informado que, com abstração dos demais requisitos exigidos

- a) em razão do cargo ocupado por sua mãe, ela não poderá concorrer a qualquer cargo eletivo na eleição municipal, independentemente da localização do Município.
- b) em razão do cargo ocupado por sua mãe, ela apenas não poderá concorrer na eleição a cargos eletivos de Municípios situados no território do Estado Alfa.
- c) em razão do cargo ocupado por sua mãe, ela apenas não poderá concorrer a cargos eletivos de Chefia do Poder Executivo municipal.
- d) em razão do cargo ocupado por sua mãe, ela está com os direitos políticos suspensos até o fim do respectivo mandato.
- e) caso esteja no pleno exercício dos direitos políticos, ela pode concorrer em qualquer eleição municipal.

24. Tício e Mévio, entusiastas do Direito Constitucional, consultaram a professora Adriane, a respeito das competências constitucionais dos órgãos de segurança pública, à luz do que dispõe a Constituição Federal de 1988. O professor respondeu corretamente que:

- a) É de competência exclusiva da Polícia Federal, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, crimes estes que exigem repressão uniforme.
- b) A segurança dos estabelecimentos penais será exercida pelas polícias penais, estas vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem.
- c) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária da União e dos Estados.
- d) Os corpos de bombeiros militares exercem exclusivamente atividades de defesa civil, não podendo a lei ampliar o rol de suas atribuições.
- e) Cabe ao Presidente da República, através de decreto, disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

25. Maria, deputada estadual, solicitou que sua assessoria jurídica elaborasse projeto de lei a respeito de certa matéria, conforme as diretrizes que estabeleceu. Ato contínuo, a assessoria esclareceu que a referida matéria se enquadrava no conceito constitucional de competência legislativa concorrente, o que significa dizer que o projeto a ser elaborado:

- a) somente pode disciplinar a matéria se a União tiver editado normas gerais a respeito da respectiva temática;
- b) pode disciplinar a matéria, mas deve observar as normas gerais editadas pela União e, à falta destas, será pleno o espaço de conformação do Poder Legislativo estadual;
- c) pode disciplinar a matéria, e, caso haja conflito com normas federais, deve prevalecer a norma estadual, considerando o princípio da especificidade do interesse;
- d) pode disciplinar a matéria, e, caso haja conflito com a norma geral editada posteriormente pela União, a norma estadual será considerada revogada;
- e) pode disciplinar a matéria, caso venha a ser autorizado pela União, devendo prevalecer a norma de maior hierarquia caso haja conflito com normas federais ou municipais.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Thállius Moraes*

26. Quando o Estado se responsabiliza pela prestação de determinado serviço público de sua titularidade, o faz mediante a distribuição interna de competências entre órgãos responsáveis por essa atividade. Essa distribuição interna de competências, entre órgãos e agentes pertencentes a uma mesma pessoa jurídica, é denominada

- a) descentralização administrativa, caso em que há a ruptura do vínculo hierárquico.
- b) desconcentração política, caso em que se mantém o vínculo hierárquico.
- c) delegação administrativa, com a consequente ruptura do vínculo hierárquico.
- d) desconcentração administrativa, caso em que se mantém o vínculo hierárquico.
- e) desconcentração administrativa, caso em que há a ruptura do vínculo hierárquico.

27. De acordo com a súmula 473 do STF, a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. Esse enunciado se refere ao princípio da

- a) autotutela administrativa.
- b) tutela administrativa.
- c) publicidade.
- d) moralidade administrativa.
- e) vinculação administrativa.

28. Acerca dos atributos dos atos administrativos, considere os próximos itens

- I - A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos gera a inversão do ônus da prova, de modo que cabe ao destinatário do ato comprovar a sua ilegalidade.
- II - A autoexecutoriedade permite que todos os atos administrativos sejam executados diretamente pela administração pública, independentemente de intervenção ou confirmação judicial.
- III - A imperatividade é o atributo dos atos administrativos que permite à Administração impor obrigações independentemente de anuência dos administrados, caso das licenças, por exemplo.

Está correto apenas o disposto em

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I.
- d) II e III.
- e) II.

29. Foi realizada uma denúncia que um mercado estava comercializando produtos com a data de validade vencida. Diante disso, fiscais de vigilância sanitária se deslocaram até o local e comprovaram a veracidade dos fatos, e por essa razão, interditaram o estabelecimento, mesmo sem ordem judicial. A respeito da situação narrada, a atuação dos fiscais de vigilância sanitária decorre do poder

- a) regulamentar.
- b) hierárquico.
- c) de polícia.
- d) disciplinar.
- e) de tutela.

30. Acerca do tema responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado não será responsabilizado civilmente por danos causados por seus agentes se ficar comprovada uma causa excludente de ilicitude penal.
- b) A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos abrange apenas danos materiais.
- c) Considera-se causa excludente da responsabilidade do Estado a culpa recíproca da vítima.
- d) De acordo com a teoria do risco integral, o Estado responde objetivamente pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes, independente de dolo ou culpa, admitindo excludentes da responsabilidade estatal.
- e) O Estado será civilmente responsabilizado em casos de dano provocado a terceiro de boa-fé por agente público putativo.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

31. Lucas foi definitivamente condenado pela prática de crime punido com reclusão de um a quatro anos. Após o cumprimento de trinta por cento da pena aplicada, adveio nova lei, que passou a punir o crime por ele praticado com detenção de 6 meses a três anos. Nessa situação,

- a) a lei nova não se aplicará a Lucas, ainda que benéfica, tendo em vista que sua condenação já havia transitado em julgado.
- b) trata-se de hipótese de *novatio legis incriminadora*, e por tal razão, a lei nova não se aplicará a Lucas.
- c) não poderá ser aplicada a nova lei, diante da irretroatividade da lei penal.
- d) trata-se de hipótese de *novatio legis in pejus*, e em assim sendo, a lei nova não se aplicará a Lucas.
- e) a lei nova se aplicará a Lucas, ainda que sua condenação já tenha transitado em julgado.

32. Considere a seguinte situação hipotética. Em 25 de abril de 2022, entrou em vigor uma lei temporária que vigoraria até o dia 22 de abril de 2023, a qual se preceituou que o aborto, em qualquer de suas modalidades, nesse período, não seria crime. Assim sendo, Maria Eduarda praticou aborto doloso e voluntário no dia 20 de fevereiro de 2023, mas somente veio a ser denunciada no dia 03 de maio de 2023. Na situação hipotética,

- a) não se aplica a lei temporária, mas sim a lei em vigor ao tempo da denúncia, diante do princípio da ultra-atividade.
- b) deverá ser aplicada a lei de quando Maria Eduarda praticou o fato, em razão da ultra-atividade da norma.
- c) não poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.
- d) poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.
- e) não poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.

33. Felipe, com 18 anos de idade, dirigindo um automóvel em excesso de velocidade, atropelou um pedestre que, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Seu pai, Manoel, em atitude de solidariedade com uma mescla de desespero, assume a autoria do crime. Manoel, teria, em tese, praticado o crime de

- a) favorecimento pessoal.
- b) favorecimento real.
- c) autoacusação falsa.
- d) denúncia caluniosa.
- e) falsa comunicação de crime ou contravenção.

34. Assinale a assertiva correta no tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade:

- a) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial;
- c) constatada a semi-imputabilidade do acusado, o juiz pode, atendendo aos demais critérios legais, aplicar-lhe pena reduzida de 1/3 a 1/2.
- d) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- e) a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal

35. Relativamente aos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta:

- a) a conduta de possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de selo destinado a controle tributário não constitui crime contra a fé pública, pois não é fato punível.
- b) comete o crime de falsificação de documento particular o agente que falsifica ações de sociedade comercial.
- c) comete o crime de falsificação de documento público o agente que altera certidão emanada de entidade paraestatal.
- d) o uso de documento falso, artigo 304 do Código Penal, é absorvido pelo estelionato quando o agente é funcionário público.
- e) a falsificação de documento público, a condição de funcionário público é causa de aumento de pena, ainda que não se prevaleça do cargo.

DIREITO PROCESSO PENAL*Renan Araújo*

36. O CPP estabelece que a lei processual penal se aplica desde logo, inclusive aos processos que já estão em curso, mas não prejudica a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Tal previsão consagra a adoção do princípio:

- a) do efeito imediato da lei processual penal
- b) da retroatividade da lei processual benéfica
- c) da irretroatividade da lei processual penal
- d) da anterioridade da lei processual penal
- e) da ultra-atividade da lei processual penal

37. Analise as assertivas a seguir:

- a) Nos crimes de ação penal privada o inquérito poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial.
- b) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos.
- c) O inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra.
- d) Arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, ainda que haja notícia da existência de prova nova.
- e) O defensor do investigado não poderá ter acesso aos elementos de prova já documentados nos autos do inquérito policial, dado o caráter inquisitorial de tal procedimento investigatório.

38. José foi preso em flagrante pela prática do crime de furto qualificado pelo arrombamento, praticado durante o período noturno, tendo sido o crime praticado contra Maria, pessoa do sexo feminino. Em seu interrogatório em sede policial, o preso confessou a prática do delito.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Será dispensável o exame de corpo de delito para apurar a existência da qualificadora relativa ao arrombamento.
- b) A confissão do imputado não acarretará dispensa do exame de corpo de delito.
- c) O exame de corpo de delito deverá ser realizado por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- d) O exame de corpo de delito deverá ser realizado no próximo dia útil, no período diurno, não podendo ser realizado no período da noite.
- e) Considerando tratar-se de crime praticado contra vítima mulher, haverá prioridade na realização do exame de corpo de delito.

39. Acerca da prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

- a) Determinado cidadão, vítima de um crime de furto, iniciou imediata perseguição ao infrator, tendo-o capturado logo após a infração, em situação que fazia presumir ser ele o autor do crime. Nesse caso, houve flagrante impróprio ou quase-flagrante.
- b) A falta de testemunhas da infração impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante delito.
- c) Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pelo escrivão, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.
- d) Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente, conceder liberdade provisória ao preso, caso verifique que o flagrante é ilegal.
- e) O flagrante esperado é considerado pela Jurisprudência como modalidade ilegal de prisão em flagrante.

40. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Código de Processo Penal adota, como regra, o sistema da íntima convicção, no que tange à apreciação da prova pelo Juiz.
 - b) São dispensadas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo.
 - c) O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha que faça sequer breve consulta a apontamentos.
 - d) O Juiz não pode determinar, de ofício, a realização de qualquer diligência, em respeito ao princípio da inércia, cabendo exclusivamente às partes a iniciativa probatória no processo penal.
 - e) São inadmissíveis no processo penal as provas derivadas das ilícitas, embora existam exceções legalmente previstas.
-

DIREITO PENAL MILITAR*Antônio Pequeno*

41. Com base no disposto no Código Penal Militar, assinale a afirmativa Incorreta.

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Se uma lei posterior deixar de considerar um fato um crime, nenhum agente poderá ser punido, ainda que tenha sido condenado por sentença irrecorrível.
- c) Se sobrevier lei que, de qualquer forma, favoreça o agente, aplica-se a lei nova retroativamente, ainda que o agente tenha sido condenado por sentença irrecorrível.
- d) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão e também do resultado.
- e) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

42. O Sargento Pedro juntou-se ao Soldado Alex, ao Soldado Epaminondas e ao Tenente Capistrano para a prática de crime militar. O Sargento Pedro planejou e dirigiu a atividade dos demais militares. O Soldado Alex ingressou no crime mediante paga. A participação do Soldado Epaminondas era a de ajustar os relógios para que os outros praticassem o crime de autoria coletiva necessária. Dada a situação hipotética acima, marque a alternativa incorreta nos termos do CPM que trata do concurso de agentes:

- a) A punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade. Não se comunicam, outrossim, as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- b) O soldado Alex não terá pena agravada.
- c) A pena do soldado Epaminondas é atenuada dada a somenos importância de sua participação.
- d) O tenente Capistrano é considerado cabeça dada a sua condição de oficial.
- e) Os militares citados que, de qualquer modo, concorreram para o crime incidirão nas penas a este cominadas.

43. Acerca do crime militar em tempo de guerra, podemos afirmar:

- a) A suspensão condicional da pena se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.
- b) Por crime militar praticado em tempo de guerra poderá o civil ficar sujeito a cumprir a pena, no todo ou em parte em penitenciária militar, se, em benefício da segurança nacional, assim o determinar a sentença.
- c) Aos crimes praticados em tempo de guerra, salvo disposição especial, aplicam-se as penas cominadas para o tempo de paz, com o aumento de dois terços.
- d) O tempo de guerra, para os efeitos da aplicação da lei penal militar, começa com a declaração ou o reconhecimento do estado de guerra, ou com o decreto de mobilização ainda se nele não estiver compreendido aquele reconhecimento e termina quando ordenada a cessação das hostilidades.
- e) Excetuando-se os crimes militares previstos para o tempo de paz, consideram-se crimes militares, em tempo de guerra os especialmente previstos no CPM (Código Penal Militar) para o tempo de guerra.

44. Acerca da Ação Penal e da Extinção da punibilidade, prevista no Decreto-Lei nº 1.001, de 21.10.1969 e alterações posteriores, é correto afirmar:

- a) A ação penal somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público.
- b) Caso o crime do militar tenha sido enquadrado no Art. 136 do CPM “Praticar o militar ato de hostilidade contra país estrangeiro, expondo o Brasil a perigo de guerra” a ação penal depende da requisição do Ministério da Justiça.
- c) Começa a correr a prescrição: enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.
- d) a morte do agente implica na extinção da punibilidade em decorrência da prescrição.
- e) A prescrição da ação penal não corre do dia em que passa em julgado a sentença condenatória ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional

45. Acerca da imputabilidade penal militar, disposta no Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001, de 21.10.1969 e alterações posteriores) “Art. 48. Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado”. Na linha de raciocínio desse tema, marque a alternativa correta.

- a) Se a doença ou a deficiência mental não suprime, mas diminui consideravelmente a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação, fica excluída a imputabilidade, mas a pena pode ser atenuada, e se o condenado necessita de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário ou ao estabelecimento penal, ou em seção especial de um ou de outro.
- b) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) O menor de dezoito anos é inimputável, inclusive se, já tendo completado dezesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.
- d) Os alunos de colégios ou outros estabelecimentos de ensino, sob direção e disciplina militares, que já tenham completado dezesseis anos equiparam-se aos maiores de dezoito anos, ainda que não tenham atingido essa idade
- e) Os menores de dezesseis anos, bem como os menores de dezoito e maiores de dezessete inimputáveis, ficam sujeitos às medidas educativas, curativas ou disciplinares determinadas em legislação especial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

46. De acordo com o Código de Processo Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), analise a seguinte assertiva: Conforme EXPRESSAMENTE previsto na referida norma, os casos omissos neste Código serão supridos, EXCETO

- a) pela legislação de processo penal comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do processo penal militar.
- b) pela jurisprudência.
- c) pelos usos e costumes militares.
- d) pelos princípios gerais de Direito.
- e) pela doutrina.

47. No contexto de operação militar de garantia da lei e da ordem, determinado militar das Forças Armadas praticou crime doloso contra a vida de um civil. Nesse caso, à luz da legislação castrense, o referido delito será de competência do/da

- a) Justiça Comum Estadual.
- b) Justiça Comum Federal.
- c) Tribunal do Júri da Justiça Estadual.
- d) Justiça Militar da União.
- e) Justiça Militar Estadual.

48. Ante o que dispõe o Código de Processo Penal Militar e suas alterações, assinale a alternativa que não pode ser considerada flagrante em delito.

- a) acaba de cometer o crime
- b) está cometendo o crime
- c) é encontrado, antes da prática delituosa, com instrumentos, objetos, material ou papéis que façam presumir a sua futura participação nela
- d) nas infrações permanentes, estiver praticando a conduta durante o período de permanência
- e) é perseguido logo após o fato delituoso em situação que faça acreditar ser ele o seu autor

49. Acerca das “medidas preventivas e assecuratórias”, previstas no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações) incidentes sobre coisas ou pessoas, é CORRETO afirmar que

- a) a busca poderá ser domiciliar ou pessoal.
- b) a busca domiciliar mesmo sem consentimento expresso do morador, poderá ser realizada à noite.
- c) a revista depende de mandado quando feita no ato da captura de pessoa que deve ser presa.
- d) finda a diligência, lavrar-se-á auto circunstanciado da busca e apreensão, assinado por três testemunhas, com declaração do lugar, dia e hora em que se realizou, com citação das pessoas que a sofreram e das que nelas tomaram parte ou as tenham assistido, com as respectivas identidades, bem como de todos os incidentes ocorridos durante a sua execução.
- e) as coisas apreendidas poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

50. Em relação ao inquérito policial militar, assinale a alternativa ERRADA:

- a) A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de inquérito, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimizabilidade do indiciado.
- b) O arquivamento do inquérito não obsta a instauração de outro. Se novas provas aparecerem em relação ao fato, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção de punibilidade.
- c) O Ministério Público poderá requerer o arquivamento dos autos se entender inadequada a instauração do inquérito.
- d) Os autos de inquérito não poderão ser devolvidos a autoridade policial militar, a não ser mediante requisição do Ministério Público para diligências por ele consideradas imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- e) O inquérito é indispensável para o oferecimento da denúncia.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

Antônio Pequeno

51. Considerando-se as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei n.º 11.340/2006, é correto afirmar que

- a) ameaça pode caracterizar violência moral.
- b) retenção de documentos pessoais pode ser violência psicológica.
- c) coação para praticar aborto pode configurar violência sexual.
- d) limitação do direito de ir e vir pode caracterizar violência física.
- e) manipulação que prejudique a autodeterminação pode ser violência patrimonial

52. No Estatuto do Desarmamento, considera-se crime hediondo

- a) o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- b) ter em depósito arma de fogo de uso permitido.
- c) o porte ilegal de arma de fogo, em qualquer modalidade.
- d) o crime de disparo de arma de fogo.
- e) a posse ilegal de arma de fogo de uso proibido.

53. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

- a) admite-se a modalidade culposa do delito, no caso de demora demasiada no exame de processo, em prejuízo de réu preso.
- b) agentes honoríficos não podem ser sujeitos ativos dos crimes previstos na lei.
- c) a pena de perda do cargo, do mandato ou da função pública somente é aplicável em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.
- d) caso haja aplicação concomitante de pena de suspensão do exercício do cargo público na esfera penal e na esfera administrativa, prevalecerá a pena de maior extensão.
- e) A pena de prestação de serviço à comunidade não é uma pena restritiva de direito

54. De acordo com a Lei n.º 8069/1990, são medidas socioeducativas, exceto:

- a) Advertência
- b) Obrigação de reparar o dano
- c) Internação
- d) reclusão
- e) Liberdade assistida.

55. Relativamente aos crimes previstos na Lei nº 8.072/1990, NÃO é considerado como crime hediondo ou equiparado o crime de:

- a) genocídio;
- b) estupro;
- c) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- d) constituição de milícia privada;
- e) falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Fabio Ramos

56. São direitos dos Policiais Militares do Estado do Pará de acordo como estatuto, EXCETO:

- a) a garantia da patente quando oficial, em toda a sua plenitude, com as vantagens, prerrogativas e deveres a ela inerentes;
- b) a estabilidade, quando praça com 15 (QUINZE) ou mais anos de tempo de efetivo serviço;
- c) o fardamento, constituindo-se no conjunto de uniformes, roupa branca e roupa de cama, fornecido ao Policial Militar, na ativa, de graduação inferior a 3º Sargento e, em casos especiais, a outros Policiais Militares;;
- d) o porte de arma, quando oficial em serviço ativo ou na inatividade, salvo aquelas em inatividade por alienação mental ou condenação por crime contra a Segurança ou por atividade que desaconselham aquele porte;
- e) o porte de arma, pelos praças, com as restrições reguladas pelo Comandante Geral;

57. De acordo com a L E I Nº 6.626 do Estado do Pará que Dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Pará. São requisitos para a inscrição ao concurso da PMPA:

- a) ser brasileiro nato;
- b) ter idade compreendida entre 18 (dezoito) e 40 (quarenta) anos para o concurso ao Curso de Formação de Oficiais e ao Curso de Formação de Praças; ;
- c) estar em pleno exercício dos direitos políticos;
- d) ter altura mínima de 1,70 m (um metro e setenta centímetros), se homem, e de 1,55 m (um metro e cinquenta e cinco centímetros), se mulher;
- e) ser habilitado para conduzir veículo automotor, possuidor da Carteira Nacional de Habilitação, em

58. A luz do Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará. Julgue o item incorreto:

- a) Estão sujeitos a esta Lei os policiais militares ativos e inativos, nos termos da legislação vigente.
- b) Os alunos de órgãos específicos de formação, especialização e aperfeiçoamento de policiais militares ficam sujeitos às disposições deste Código, sem prejuízo das leis, regulamentos, normas e outras prescrições das Organizações Policiais Militares (OPM) em que estejam matriculados..
- c) A hierarquia policial-militar é a ordenação progressiva da autoridade, em níveis diferentes, decorrente da obediência dentro da estrutura da Polícia Militar, alcançando seu grau máximo no Governador do Estado, que é o Comandante Supremo da Corporação.
- d) Graduação é o grau hierárquico das praças, correspondente ao respectivo cargo, conferido pelo Governador do Estado.
- e) Um dos atributos inerentes à conduta do policial militar, que se consubstanciam em valores policiais militares descaso à profissão policial-militar e o entusiasmo com que é exercida;

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

59. Sobre os Direitos Humanos e sua evolução, previsão constitucional e a Política Nacional sobre direitos humanos, julgue:

- I - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos poderão ser equivalentes às emendas constitucionais se forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, exemplo do que ocorreu com o Tratado de Marraqueche.
- II - Os direitos humanos tem como característica a historicidade porque mudam ao longo do tempo em diferentes países.
- III – A CF contém previsão do princípio da não exaustividade dos direitos fundamentais, na medida em que dispõe que os direitos nela estabelecidos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, tampouco outros previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) Somente III
- d) Somente a II
- e) Todas estão corretas.

60. Assinale a opção que apresenta o nome do eixo orientador do Programa Nacional de Direitos Humanos que possui a diretriz promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação

- a) Universalizar direitos em um contexto de desigualdades
 - b) Interação democrática entre Estado e sociedade civil
 - c) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência
 - d) Educação e Cultura em Direitos Humanos
 - e) Direito à Memória e à Verdade
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
